

ATA N.º 17/2022

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2022:

No dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas e oito minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Ana Elísia Gonçalves Monteiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Farinha Bandola e Maria João Camolas Contente Caleira.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** inicia a sua participação nos trabalhos mais tarde, assinalando-se o facto na altura devida.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Em virtude de o Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão se encontrar com o mandato suspenso, de 21 de junho a 25 de agosto de 2022, foi convocada, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, e uma vez que a Sra. Ana Elísia Monteiro se encontra a substituir o Sr. Vereador Raul Cristóvão, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Paulo Jorge Farinha Bandola. (Anexos a esta ata como documento n.º 2)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Protocolo a celebrar entre o Município de Palmela e a Smartenergy 1808, Lda., Smartenergy 1813, Unipessoal, Lda., e a Smartenergy 1814, Unipessoal, Lda.

PONTO 2 – Contrato Interadministrativo para a desmatção e limpeza de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas celebrado com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca - Acerto

PONTO 3 – Ajustamento temporário dos tarifários dos serviços municipais de águas e de resíduos, no contexto do incêndio de 13 de julho

PONTO 4 – Nomeação do auditor externo nos termos do art. 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

PONTO 5 – Fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do concelho de Palmela, ano letivo 2022/2023 - Adjudicação

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo ao Quintajense Futebol Clube

PONTO 7 – Preço de bilhete para o espetáculo com Orquestra Clássica Metropolitana

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos nºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- ATA n.º 26/2021, da reunião ordinária de 13 de dezembro de 2021.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do/a Sr./a Vereador/a Ana Elísia Monteiro e Paulo Bandola, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

- ATA n.º 1/2022, da reunião ordinária de 5 de janeiro de 2022.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Bandola, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

- ATA n.º 2/2022, da reunião ordinária de 19 de janeiro de 2022.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do/a Sr./a Vereador/a Ana Elísia Monteiro e Paulo Bandola, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

– Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 18.07.2022 a 18.08.2022.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 20.07.2022 a 23.08.2022.

ATOS PRATICADOS, POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 20.07.2022 a 23.08.2022.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas e aquisição de serviços:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos atos praticados pelos/as Srs./as Presidente, Álvaro Amaro; Vice-presidente, Luís Miguel Calha; Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio Pereira, em matéria de processos de obras públicas e aquisição de serviços, no período compreendido entre 18.07.2022 a 22.08.2022.

DESPACHOS EMITIDOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 7, dos processos

despachados pelos Srs. Presidente, Álvaro Amaro; Vereador Luís Miguel Calha; Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco; e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Dr. Pedro Jorge Ferreira, no âmbito da Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 21.07.2022 a 23.08.2022.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 20.07.2022 a 23.08.2022, no valor de 6.824.859,07 € (seis milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e sete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 8.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 23.08.2022, apresenta um saldo de 19.608.609,20 € (dezanove milhões, seiscentos e oito mil, seiscentos e nove euros e vinte cêntimos), dos quais:

- . **Saldo de operações orçamentais** – 17.071.486,17 € (dezassete milhões, setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e dezassete cêntimos);
- . **Saldo de operações de tesouraria** – 2.537.123,03 € (dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil, cento e vinte e três euros, e três cêntimos).

Entrada na reunião do Sr. Vereador Paulo Ribeiro

Nesta altura, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** dá entrada na reunião.

A reunião conta, assim, com a presença dos/das 9 (nove) Eleitos/as.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Saudação** (Adegas do Concelho de Palmela – 3.º Concurso de Vinhos Escanções de Portugal 2022).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Saudação** (Adegas do Concelho de Palmela – 9.ª Edição dos Prémios Uva de Ouro).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia. 0

. **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas – Concurso Mundial de Bruxelas 2022 | Edição Vinhos Espumantes).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Malvina Gomes).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Pedro Pichardo).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Botafogo Futebol Clube de Cabanas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Leonor Parente).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Adegas do Concelho de Palmela – 3.º Concurso de Vinhos Escanções de Portugal 2022).

“No ano em que celebra 50 anos de existência, a Associação dos Escanções de Portugal, distinguiu vinhos da região de Palmela, no 3.º Concurso de Vinhos Escanções de Portugal, que decorreu nos dias 15 e 16 julho, uma iniciativa reconhecida pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV).

Nesta edição, o concurso contou com cerca de três centenas de vinhos inscritos de produtores nacionais das várias regiões vitivinícolas do país. O júri distinguiu, durante as provas cegas, 6 vinhos com o prémio Grandes Tambuladeiras de Ouro e 71 vinhos com o prémio Tambuladeira de Ouro, entre vinhos atlânticos, de montanha e de planície.

Sendo este um concurso reconhecido pelo IVV, o número de medalhas esteve limitado a 30% dos vinhos a concurso. Pela qualidade superior dos vinhos em prova, a direção da Associação dos Escanções de Portugal distinguiu igualmente os vinhos que obtiveram 90 pontos, entregando-lhes um Selo de Qualidade.

Os néctares da região de Palmela, mereceram destaque pelo seu conjunto de características surpreendentes e qualidade alcançada, com 7 prémios Tambuladeira de Ouro – Vinhos de Planície e 12 Selos de Qualidade Ouro – Vinhos de Planície, a saber:

TAMBULADEIRA DE OURO – VINHOS DE PLANÍCIE

Moscatel Roxo de Setúbal Superior, 2010 | Casa Ermelinda Freitas

Alicante Bouschet Reserva, Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Dona Ermelinda Reserva, Branco 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Dona Ermelinda Reserva, Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Terras de Pó Reserva, Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Vinha do Torrão Grande Escolha, Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Camolas Castelão Grande Escolha Vinhas Velhas 1931, Tinto 2017 | Adega Camolas

SELO DE QUALIDADE OURO - VINHOS DE PLANÍCIE

Moscatel de Setúbal 10 anos | Adega Cooperativa de Palmela

Moscatel de Setúbal Superior, 2009 | Casa Ermelinda Freitas

Camolas Private Collection Reserva, Tinto 2019 | Adega Camolas

Camolas Selection Premium, Branco 2019 | Adega Camolas

Camolas Selection Premium, Tinto 2018 | Adega Camolas

Camolas Selection Reserva, Branco 2021 | Adega Camolas

Dizem que é Tinto Colheita Seleccionada, Tinto 2018 | Adega Camolas

Palma, Branco 2021 | Adega Cooperativa de Palmela

Syrah Reserva, Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Terras de Pó Reserva, Branco 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Vinha do Torrão Reserva, Branco 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Vinha do Torrão Reserva, Tinto 2020 | Casa Ermelinda Freitas

Reunida a 24 de agosto de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega Camolas, a Adega Cooperativa de Palmela e a Casa Ermelinda Freitas, pelo mérito do trabalho que têm vindo a desenvolver em prol da qualidade dos nossos vinhos e da valorização do território, projetando-o aos níveis nacional e internacional.”

. **Saudação** (Adegas do Concelho de Palmela – 9.ª Edição dos Prémios Uva de Ouro).

"Na 9.ª Edição dos Prémios Uva de Ouro, um dos maiores concursos nacionais de prova de vinhos, reconhecido pelo IVV «Instituto da Vinha e do Vinho», que reuniu não só um dos mais importantes intervenientes no mercado retalhista, mas também vários meios de comunicação relevantes do nosso país, juntou mais de 80 provadores especializados (enólogos, *wine educators*, *sommeliers*, investigadores e alunos) numa prova cega, onde foram avaliadas 600 amostras de vinho.

Apesar do grande número de amostras a concurso, apenas 30% receberam medalhas, tendo a qualidade dos vinhos de Palmela voltado a estar em destaque, arrecadando 10 medalhas, na referida competição, a saber:

Medalhas de Ouro:

Moscatel De Setúbal 2019 - Adega de Palmela

Moscatel De Setúbal Chafariz D. Maria - Adega de Palmela

D. Ermelinda, Tinto 2020 – Casa Ermelinda Freitas

4.ª Geração, Tinto 2018 – Venâncio da Costa Lima

Chafariz D. Maria, Branco 2020 – Adega de Palmela

Terras Do Pó, Branco 2021 – Casa Ermelinda Freitas

Medalhas de Prata:

Moscatel De Setúbal 2018 – Venâncio da Costa Lima

D. Ermelinda Reserva, Tinto 2020 – Casa Ermelinda Freitas

D. Ermelinda Reserva, Branco 2020 – Casa Ermelinda Freitas

Vinha Da Valentina Premium, Rosé 2021 – Casa Ermelinda Freitas

Reunida a 24 de agosto, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** as Adegas distinguidas, pelo excelente trabalho realizado ao longo dos anos, com sucessos crescentes, empenho e profissionalismo na inovação das suas marcas, contribuído para alavancar a visibilidade, o conhecimento e o prestígio do seu património vinhateiro e do Município, tanto a nível nacional como internacional."

. **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas – Concurso Mundial de Bruxelas 2022 | Edição Vinhos Espumantes).

"A Adega Casa viu o seu vinho Espumante Reserva, ser laureado com Medalha de Ouro, no Concurso Mundial de Bruxelas.

Vinho de cor amarela brilhante, frutado, a lembrar citrinos e frutos tropicais com toque floral, o vinho Espumante Reserva da Casa Ermelinda Freitas foi distinguido numa das mais prestigiadas

competições vónicas a nível mundial. Esta é uma nova competição, dedicada em exclusivo, à categoria de vinhos espumantes.

Reunida a 24 de agosto, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Adega Casa Ermelinda Freitas, por mais este reconhecimento que atesta a qualidade dos seus néctares, contribuindo para a valorização e promoção da prestigiada Região Vitivinícola de Palmela.”

Submetida a votação a saudação (Adegas do Concelho de Palmela – 3.º Concurso de Vinhos Escanções de Portugal 2022), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Adegas do Concelho de Palmela – 9.ª Edição dos Prémios Uva de Ouro), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Casa Ermelinda Freitas – Concurso Mundial de Bruxelas 2022 | Edição Vinhos Espumantes), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta as seguintes saudações:

. **Saudação** (Malvina Gomes).

“Malvina Gomes, atleta da Palmela Desporto, EM/Associação Tripla Rotação, sagrou-se Campeã Nacional de Aquatlo no escalão 40-44 anos, no Aquatlo da Amora – Campeonato Nacional Individual e de Clubes de Aquatlo, que se realizou no dia 31 de julho, na Amora – Seixal.

Reunida em Palmela, a 24 de julho, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a atleta Malvina Gomes pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

. **Saudação** (Pedro Pichardo).

“Pedro Pichardo conquistou, este verão, os títulos de campeão da Europa e do Mundo de Triplo Salto, que vieram enriquecer o palmarés invejável daquele que é, já, um dos atletas mais consistentes do panorama mundial.

A 24 de julho, em Eugene, Oregon, nos Estados Unidos da América, sagrou-se Campeão do Mundo de Triplo Salto, com a marca de 17,95 metros, garantindo o seu primeiro título mundial enquanto cidadão português.

A 17 de agosto, foi a vez de garantir o título de Campeão Europeu de Triplo Salto, ao saltar 17,50 metros no Campeonato Europeu de Atletismo, na cidade de Munique, Alemanha.

O atleta de 28 anos, residente em Pinhal Novo, representa o Sport Lisboa e Benfica e está a viver uma época de enorme sucesso, depois da medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2021

e da vitória na Liga Diamante. Detentor do recorde nacional e do recorde americano na disciplina, Pedro Pichardo continua em busca do recorde mundial.

Padrinho do Centro Municipal de Marcha e Corrida de Pinhal Novo e já agraciado com a Medalha Municipal de Mérito de Palmela, grau Ouro, em 2021, Pedro Pichardo continua a orgulhar o Concelho de Palmela pelos seus resultados, mas também pela enorme humildade, dedicação e foco, que são fonte de inspiração para as/os jovens atletas locais.

Reunida a 24 de agosto de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda**, uma vez mais, Pedro Pichardo pelas recentes conquistas e pelo seu percurso de trabalho e sucesso, renovando votos de sucessos continuados.”

. Saudação (Botafogo Futebol Clube de Cabanas).

“A equipa de futebol sénior do Botafogo Futebol Clube de Cabanas garantiu o direito de disputar na próxima época desportiva, 2022/2023, o Campeonato Distrital da 1.ª Divisão, em virtude de ter terminado a presente época desportiva no 3.º lugar do Campeonato Distrital da 2.ª Divisão, tendo beneficiado da desistência de um dos clubes que iria disputar o principal escalão distrital.

Depois de um período conturbado na vida do clube, que levou ao interregno durante alguns anos da prática desportiva, o Botafogo Futebol Clube de Cabanas, com o apoio de alguns parceiros, entre eles a Câmara Municipal de Palmela, fez um forte investimento na melhoria das suas instalações desportivas, nomeadamente, com a colocação de um relvado sintético e requalificação dos balneários, voltando na época desportiva 2020/2021 às competições distritais de futebol.

Reunida em Palmela, a 24 de agosto, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** jogadores, equipa técnica, órgãos sociais e adeptos do Botafogo Futebol Clube de Cabanas, pela subida da sua equipa sénior ao Campeonato Distrital da 1.ª Divisão, desejando os maiores sucessos para a próxima época desportiva continuando a engrandecer e dignificar o Concelho.”

. Saudação (Leonor Parente).

“Leonor Parente, nadadora da Palmela Desporto, conquistou três títulos de Campeã Nacional de Juvenis, ao vencer as competições de 50m livres, 50m bruços e 200m estilos, no Campeonato Nacional de Juvenis e Absolutos de Portugal Open, que se realizaram entre os dias 28 e 31 de julho no Complexo de Piscinas do Jamor.

Para além dos três títulos nacionais, Leonor Parente classificou-se ainda em 3.º lugar na prova de 50m mariposa, em 6.º lugar nos 100m mariposa e 11.º lugar nos 50m costas. tendo participado também nas provas de 50m costas e 200m costas. A jovem nadadora coleciona já cinco títulos nacionais nas competições realizadas em 2022.

Reunida em Palmela, a 24 de agosto, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a nadadora Leonor Parente pelos títulos alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a votação a saudação (Malvina Gomes), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Pedro Pichardo), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Botafogo Futebol Clube de Cabanas), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Leonor Parente), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Incêndio de dia 13 de julho, em Palmela – O Sr. Presidente começa por se referir aos incêndios que assolam o país e quer dar conta do trabalho que tem sido feito após o incêndio de 13 de julho em Palmela. Dados, não só das obrigações a que o município esteve sujeito em termos de caracterização e de trabalho conjunto, quer com proprietários, quer com outros agentes do território e também com a tutela. Informa que já têm dados mais apurados da área ardida no país que, este ano, já ultrapassa os 100 mil hectares. Informa igualmente que até ao momento foram registadas 9.100 ocorrências sendo o número de ignições ainda maior. O município tem estado de uma forma direta e também em parceria, de uma forma transversal, a trabalhar na resposta aos danos infligidos pelo incêndio no campo técnico. Dá nota que, apesar da área ardida ser inferior ao limite legalmente definido para a declaração de calamidade, mencionando que é a partir dos 500 hectares e que em Palmela rondou os 400 e poucos hectares. No último relatório recebido pelo ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) apontava-se para um número inferior e que estão a basear-se no que foi fornecido pelo Comando de Operações Distrital, sendo nesse mapa que se continua a trabalhar e que já foram apontados os 430 hectares. Os dados que têm, os mais apurados, porque estão a fazer essa caracterização, apontam para 412 hectares, entre floresta, terreno agrícola, matos e tecido edificado. Recorda que foram registadas 21 ocorrências durante o incêndio, com 12 feridos, 9 bombeiros, 2 civis e 1 militar, já todos recuperados. No período mais crítico, estiveram envolvidos no combate 521 operacionais, 140 veículos, 2 aviões e 2 helicópteros. Numa breve atualização do trabalho que estão a desenvolver nas diversas dimensões, referindo-se à limpeza dos terrenos, o que estava feito, o que não está feito e aquilo que continuará por fazer. Continuam a decorrer, quando possível, alertando que cada vez que há um estado de alerta, com determinados níveis, é impossível utilizar maquinaria na limpeza, o tratamento dos terrenos. Dá nota igualmente, que

até 12 de agosto, referindo que não tem os dados das duas últimas semanas. Foram limpos 411.773 metros quadrados de terrenos públicos e sobretudo municipais, quase na sua totalidade. Privados 231.703 metros quadrados. O Serviço Municipal de Proteção Civil procedeu à avaliação, na sequência de denúncias e de pedidos de intervenção, de 39 terrenos privados. O Gabinete de Fiscalização Municipal abriu, este ano, 135 processos relativos a limpezas de terrenos urbanos e rurais que estavam em incumprimento desde 30 de abril. Dá nota, igualmente, que foram enviadas 331 notificações a proprietários e levantados 8 autos de notícia. Relativamente à desmatação e limpeza das bermas, o **Sr. Presidente** refere que a intervenção já havia sido concluída na altura do incêndio. No que diz respeito às bermas dentro do Parque Natural da Arrábida, que é o plano priorizado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, hoje Comissão de Gestão Integrada dos Fogos e dos Incêndios Rurais, refere que se trata de uma intervenção em 32,260 quilómetros, duplicado, considerando as bermas de um lado e de outro, totalizando mais de 64 quilómetros. A conservação e manutenção de aceiros florestais feitos na época, foi mais extensa, incluindo acessos que habitualmente o Parque não permite que sejam tocados. Concluíram esse trabalho com a autorização do Parque, já posteriormente, em cerca de 20 quilómetros. Informa que estão concluídos os trabalhos de regularização, também, dos caminhos de acesso das viaturas, com recurso a máquinas de arrasto. Em articulação com os proprietários, estão a proceder a múltiplas ações de limpeza e recolha de entulhos e material ardido em propriedades privadas. Já foram descarregados nos Ecoparques, de Setúbal e Moita, da Amarsul, mais de 31 toneladas de entulhos, resíduos e restos queimados. Dá nota que o município tem ajudado alguns particulares em algumas intervenções: em muros, reposição de 150 metros de vedação em propriedades particulares (que foram destruídas para deixarem passar as viaturas de combate), e noutros casos, alguns arrumos, um armazém agrícola e palheiros estando neste momento a aguardar o envio de orçamentos para obras mais complexas. A Câmara tem apoiado também, com a aquisição de materiais para as reparações daqueles que já estão a tentar voltar à normalidade, à sua vida, aqueles que têm atividades agrícolas. Foram feitos um conjunto de contactos com entidades da tutela e o que parecia mais importante, porque é quem tem responsabilidade na área do território, a reunião com o ICNF e que depois de alguns adiamentos acabou por ocorrer no dia 9 de agosto. Em conjunto estão a construir e a apurar o relatório de estabilização de emergência, como se designa do ponto de vista legal, o documento que define um conjunto de ações de estabilização prioritárias, com algumas já em curso, nomeadamente ao nível da limpeza e/ou reabertura de caminhos, pois esses têm que continuar transitáveis, estabilização de encostas, que é o que preocupa mais e que precisará, provavelmente de estudos geotécnicos em alguns casos. Quanto à limpeza de linhas de água, informa que na manhã seguinte irão ao terreno com técnicos do ICNF e municipais. Recuperação de passagens hidráulicas danificadas entre outras. Justifica que, tudo isto obedece a regras, a estudos e a prioridade não é replantar. A prioridade é atuar no domínio da recolha de material sobranço, de algumas árvores que não podem nem devem ser abatidas. Pede para que se espere até à Primavera, para ver se algumas reagem, que há espécies que são mais resilientes, que

outras continuarão a apodrecer e terão de ser retiradas, cortadas para outros locais. Manifesta que a grande preocupação tem sido com a possibilidade de haver chuvas inesperadas que arrastam cinzas, material sobranante, provocando entupimentos e sobretudo a erosão das encostas, que não tendo vegetação autóctone que segure, pode provocar derrocadas em algumas zonas da Serra. Isto tudo, naturalmente, trabalhando com pessoas da especialidade, com técnicos do ICNF, o plano está a ser elaborado, com visitas técnicas ao local, tal como mencionado. Informa que a partir dessa reunião, foi possível envolver o ICNF mais diretamente nas questões. Até porque temeu-se que, por ter ficado abaixo dos 500 hectares previstos na lei, não pudesse haver esse acompanhamento, mas houve compromisso da parte da tutela de dar toda a atenção ao incêndio de Palmela, não obstante da sua dimensão ser inferior àquela que estava na lei. Dá nota que foi conseguido que o ICNF esteja presente na reunião agendada com a população, que está também a dar os seus contributos e a preparar-se para o futuro nestas matérias. Zona de Aires, Baixa de Palmela e Quinta da Glória, para a reunião de dia 17 de setembro já agendada.

Relembra o processo de reflorestação, frisando que são vários os grupos de voluntários, ambientalistas, cidadãos individuais, coletividades, até de outros pontos do país que estão disponíveis para trabalhar nesta matéria, adiantando que têm tido muitas interações com pessoas que se predispõem a participar nestes processos cedendo espécies arbóreas. Reforça que há uma cidadania que está consciente e está disponível para participar e o que se tem feito é precisamente dar informação daquilo que tem de ser feito no plano técnico: a remoção do material lenhoso; deixar passar algum tempo; elaborar esse plano, alertando que há também a questão da propriedade, não se pode entrar e plantar o que quer que seja sem autorização do proprietário, ou seja, temos que ter autorização e ter acompanhamento técnico. Lembra que não se pode plantar qualquer coisa, as espécies estão identificadas, são espécies autóctones, as mais resilientes e também manter algumas características, alertando que desapareceram o pinheiro-manso; oliveiras; o carvalho cerquinho (que é uma das mais resilientes e ainda têm fé que reaja); alguns sobreiros e que devemos manter essa paisagem, sem prejuízo do tipo de vegetação mais rasteira (espécies menos resinosas, outras mais ou menos folhosas e também aquelas que têm a capacidade de regeneração natural). Outra questão tem a ver com o tratamento rápido das linhas de água, desobstrução de PH's e zonas mais expostas à ação erosiva das chuvas e do vento.

Relembra que não foi possível declarar o Estado de Calamidade, porque a lei prevê a ultrapassagem dos 500 hectares, mas em todas as reuniões foi garantida a disponibilidade de serem acionadas algumas linhas de apoio para o incêndio de Palmela. Acrescenta que a primeira ajuda que se conseguiu resulta da reunião realizada no dia 17 de agosto, com a Direção Geral de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT), para analisar o impacto do incêndio ao nível da atividade agrícola e pecuária e a possibilidade de aceder a apoios extraordinários, em avaliação com a Administração Central. Menciona que a DRAP-LVT solicitou a mediação, contato e divulgação junto dos produtores afetados pelo incêndio, informando que já existe e foi

disponibilizado um formulário de declaração de prejuízos, para que se faça um levantamento rigoroso dos prejuízos sofridos no concelho e para que o acesso a estes apoios extraordinários possam vir a ser disponibilizados pela tutela, e sejam devidamente escrutinados.

Dá nota, igualmente, que foram envolvidas também um conjunto de entidades associativas, nomeadamente: a AVIPE, A ARCOLSA e a ADREPES que têm um papel importante no município e que fazem o acompanhamento de muitos produtores e de muitas candidaturas, referindo que já se encontram no terreno. Dá como exemplo a Associação de Apicultores que desenvolveu a nível nacional uma ação de distribuição de açúcar para alimentação das abelhas, dando nota que o município foi contatado para que disponibilizasse os contatos dos apicultores registados e que foram afetados pelo incêndio. Adianta que o município está também a apoiar logisticamente esta distribuição. Lembra que tal como foi dito no início do incidente que contataram com muita gente no terreno, num trabalho que continua a ser feito. Que atenderam dezenas de cidadãos e cidadãs, não só para fazer o levantamento dos prejuízos, conhecer algumas especificidades desses prejuízos, naquilo em que foram afetados, pedidos de apoio para limpeza para a reabertura de alguns terrenos e para a reposição de coberturas de telhados danificados. Acrescenta que foram feitas mais de duas dezenas de atendimentos a particulares e, também, a organizações de moradores e que estão também agendados mais atendimentos, procurando deste modo acompanhar as suas preocupações e expectativas.

Considera que tem sido interessante a disponibilidade para o reforço de laços de cooperação, de formação, de conhecimento, de medidas de autoproteção que os cidadãos e os proprietários, individualmente também têm a responsabilidade de assumir, referindo que estão a ser construídos processos de trabalho cooperativos muito interessantes. Acrescenta que tem também respondido às múltiplas manifestações de disponibilidade de voluntários e empresas para as ações de limpeza e recuperação ambiental em respeito para com o ecossistema, fazendo a explicação pedagógica de que se deve esperar pelo Plano.

Informa que o município reuniu também com vários especialistas, com um responsável da Associação Zero em Palmela e que foi ouvida a sua opinião, o seu contributo, solicitando para que esteja, também ele, presente nas reuniões públicas com a população, onde se fará a apresentação, muito caracterizada, de todos estes aspetos que aqui se têm estado a resumir.

Deixa para o final uma matéria importante: a notória, não apenas a solidariedade demonstrada de muita gente do Norte e Sul do país para com Palmela e a disponibilidade em ajudar, mas sobretudo o trabalho notável no apoio e resgate de animais, devendo-se esse trabalho a várias associações de bem-estar animal, de proteção animal, de resgate animal, não referindo nenhum nome em particular, pois foram conhecidos através da comunicação social e poderia esquecer-se de alguma. Acrescenta que o município através dos seus serviços e do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA) assumiu que nenhum animal ficaria sem alimentação e tratamento, dando nota que se tem esgotado nos seus recursos técnicos, dando resposta e assegurando essa

alimentação e tratamentos veterinários aos animais afetados pelo incêndio. Informa que muitos desses animais já foram restituídos aos seus proprietários, mas há muitos que foram resgatados por associações e que em contato com o CROA, continuam a precisar de tratamentos, apoio técnico e alimentação. Não obstante alguns apoios individuais, precisam de apoio público, informando que o município irá apoiar estas associações no esforço financeiro e técnico que estão a fazer, referindo que quanto à alimentação, quando é solicitado, têm diretamente tratado de responder a essas necessidades. Dá como exemplo que o município tem adquirido e distribuído alimentação a vários rebanhos de ovinos e caprinos, cujos proprietários ficaram sem pasto e sem qualquer tipo de apoio, mencionando que já existe uma linha de apoio da tutela para esta matéria, mas enquanto não se operacionaliza, o município irá continuar a fazer aquilo que lhe compete.

Considera, o **Sr. Presidente**, que este incêndio foi triste e assustador. Alerta para os desafios que estão cada vez mais presentes no nosso quotidiano, como a questão das ondas de calor, das situações de seca, dos fenómenos extremos e que às vezes só tomamos consciência, nestes momentos, que temos de fazer mais e nos preparar melhor para estas situações. Considera, ainda, que está a ser uma grande aprendizagem e que todo este trabalho que está a ser feito com proprietários, com moradores, com agentes económicos, com entidades da tutela, na lógica de prevenção e preparação para o futuro de forma a responder melhor a estes problemas, esperando que se faça “escola”.

Termina a recordar que está agendada uma reunião pública com a população, com a presença do ICNF e de vários especialistas convidados, para apresentar não só, o diagnóstico mais apurado do dia mas também das medidas tomadas e aquilo que deve ser o Plano de Intervenção, para dia 17 de Setembro, no período da tarde, a partir das 14h30 em local a divulgar. (que não sendo possível o São João será certamente um espaço onde possa estar presente muita gente para participar).

. Ações de promoção turística / 10 anos da marca Palmela Conquista – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha depois de cumprimentar os presentes intervém considerando que as marcas territoriais são um ativo estratégico no desenvolvimento, diferenciação e promoção dos territórios, e que em 2023 se assinalam os 10 anos de implementação da marca territorial “Palmela Conquista”, efetuou-se a adesão ao Portugal Branding - Programa Nacional de Desenvolvimento de Marcas Territoriais, desenvolvido pelo CEIT - Centro Estratégico de Inovação Territorial, pela Coimbra Business School e pelo ISCAD - Instituto Superior Ciências da Administração.

Em estreita colaboração com o Município, o programa, com a duração de 1 ano, compreende a apresentação de um Diagnóstico Estratégico da Marca Palmela Conquista - no qual se avalia o estado de maturidade da marca territorial local, com base em 50 critérios subdivididos em 5 eixos de atuação (Governança, Identidade e Perceção da Marca, Visão Estratégica, Modelo Operacional,

Avaliação e Monitorização) -, bem como de um Plano de Ação Local de Desenvolvimento da Marca Palmela Conquista - com ações calendarizadas e métodos de trabalho que procurem aperfeiçoar o desempenho da marca no território, e, reforço de competências técnicas no desenvolvimento da estratégia local de branding e marketing territorial – visando alcançar um melhor desenvolvimento estratégico da marca no futuro que se considera um ativo muito importante para projetar a notoriedade do concelho e potenciar o desenvolvimento turístico e económico local.

. Projeto para execução da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho depois de cumprimentar o Sr. Presidente e os presentes dá nota que a execução do projeto para a Unidade de Saúde da Quinta do Anjo foi adjudicada por 26.937€ e um prazo de execução de 80 dias, a contar da assinatura do contrato. O objetivo é projetar uma unidade de tipologia 4 do Ministério da Saúde, para uma população de cerca de 14000 habitantes. A Unidade de Saúde de Quinta do Anjo deverá ter 13 gabinetes médicos e 4 de enfermagem, 2 salas de tratamentos, sala de saúde oral e sala de movimento, incluindo espaço exterior, além dos espaços de receção, espera e Secretaria. Terá também espaços de trabalho ligados à gestão do centro, como gabinetes e sala de reunião e espaços de apoio, como vestiários e arrumos.

A obra é da responsabilidade da Administração Central mas será realizada pelo município, mediante protocolo com a Administração Regional de Saúde, à semelhança do que aconteceu com a mais recente unidade de saúde de Pinhal Novo. Aguarda-se, no entanto, os termos exatos do financiamento para a execução da obra.

O município também cedeu o terreno para a obra, com 2885m², situado na Av. António Matos Fortuna, em Quinta do Anjo.

. Obra para novo Espaço de Jogo e Recreio (EJR), em Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que o município adjudicou a construção de um novo Espaço de Jogo e Recreio, entre as ruas Maria Eduarda Ferreira e António Lopes Mendes, na zona sul de Pinhal Novo, por 78.562,92€. O prazo de execução, depois de feita a consignação, será de 100 dias.

A área de intervenção tem cerca de 330 metros quadrados e a obra consistirá na implantação de um espaço de jogo e recreio (vulgo 'parque infantil'), com todas as condições de segurança, ergonomia e acessibilidade; melhoria do mobiliário urbano; criação de áreas de estadia para as famílias e acompanhantes das crianças/ jovens, abrigadas e protegidas pela sombra das árvores. Aproveitar-se-á ainda para melhorar o espaço envolvente.

Este espaço virá contribuir para qualificar o espaço público, reforçar a identidade do bairro, promover as relações comunitárias e oferecer novas valências às famílias.

Este novo espaço resulta da concretização da proposta mais votada no Eu Participo Municípios de 2019, na freguesia de Pinhal Novo.

. Nova obra no Jardim José Maria dos Santos, em Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi lançado concurso público para uma nova intervenção no Jardim José Maria dos Santos, tratando-se na segunda fase, desta vez nas zonas central e nascente. O concurso tem um valor que ascende a 473.739,27€, considerando o IVA.

O objetivo é continuar beneficiar o jardim, melhorando aspetos como a acessibilidade e a adaptação às alterações climáticas, bem como renovando equipamento, para permitir um uso renovado daquele importante espaço público de Pinhal Novo.

. Reabilitação da parte de construção civil das captações F3 e F4 de Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que foi lançado um novo concurso para reabilitação da parte de construção civil das captações F3 e F4 de Quinta do Anjo, com um preço base que, acrescido de IVA, totaliza 127.200 €.

A obra consiste, essencialmente, na reabilitação dos edifícios que albergam os furos de captação, câmaras de manobra e câmaras de tratamento de água, que apresentam algumas patologias ao nível das paredes e pavimento térreo, por origem em assentamentos diferenciais. Informa ainda que o primeiro procedimento ficou deserto.

. Projeto para a infraestruturização da Rua dos Amigos na Lagoinha – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que foi adjudicada a execução do projeto de infraestruturização da Rua dos Amigos, na Lagoinha, com o valor de 11.056,45 €.

O objetivo é assegurar a drenagem de águas residuais domésticas e pluviais e a infraestruturização geral, aproveitando-se para remodelar a rede de abastecimento de água.

. Remodelação da Praceta da Nova Palmela Nascente – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere, igualmente, que foi lançado concurso público para a remodelação da Praceta da Nova Palmela Nascente, na Urbanização da Nova Palmela. O concurso tem como preço base o valor de 173.507,92 € (IVA incluído.) e um prazo de execução de 120 dias.

Os trabalhos a realizar englobam arranjos exteriores, nomeadamente estrutura verde, rede de rega, mobiliário urbano, execução de pavimentações, muros de suporte e iluminação pública, contribuindo para um embelezamento do espaço.

. Seca – Medidas de mitigação e de poupança de água no concelho de Palmela / Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas

– Dando continuidade ao uso da palavra, a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que o país atravessa um dos períodos de seca mais críticos dos últimos anos e como forma de contribuir para a poupança de água, a autarquia tem em curso um conjunto de medidas mitigadoras (algumas já do conhecimento porque resultam de investimentos que têm vindo a ser concretizados ao longo do tempo, os quais se prendem com a necessidade de capacitar cada vez mais a melhoria contínua na gestão, que se quer cada vez mais eficiente, da água).

Assim, quer num plano mais estrutural, quer mais operacional e prático, dá nota do que tem sido feito e de medidas em desenvolvimento:

- . Tendo em conta a necessidade de melhor conhecer e avaliar a qualidade das infraestruturas de águas, a Câmara Municipal de Palmela tem vindo a desenvolver diversos planos estratégicos, nomeadamente ao nível da gestão patrimonial de infraestruturas, no controlo de perdas de água e eficiência energética e ao nível da segurança da água.

- . Encontra-se em desenvolvimento o Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, que tem o seu *termínus* previsto para o próximo mês de setembro e que tem enfoque, também, nas questões relacionadas com os recursos hídricos, tais como o agravamento progressivo da escassez de água, o reforço do conhecimento e da gestão da hidrologia local e do estado quantitativo, químico e ecológico das massas de água, das suas pressões e dos seus usos, a diversificação das suas fontes e do aumento da eficiência no seu uso, assim como a informação e capacitação da população sobre os riscos associados à água, como cheias rápidas e secas.

- . Está em fase de conclusão o Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca.

- . O município tem intensificado nos últimos anos os investimentos na renovação das condutas de abastecimento e distribuição de água;

- . Tem colocado redutores de caudal nas torneiras dos edifícios e equipamentos municipais, assim como temporizadores;

- . Nos espaços públicos, quer nos novos, quer nas requalificações, tem investido mais em prado de sequeiro e espécies endógenas, mais resilientes às alterações climáticas;

- . Para além dessa medida, que já de si contribui para a diminuição da necessidade de rega, têm sido adotadas boas práticas de rega (por exemplo, programação da rega para período noturno, sistema de rega inteligente, redução do tempo de rega mantendo, no entanto, a viabilidade e sobrevivência das espécies);

- . Continua a apostar na modernização dos sistemas de telegestão das captações e reservatórios de água;

- . Continua a apostar na publicação e atualização anual da Matriz da Água do Concelho;
- . Tem sempre que necessário instalado reguladores de pressão de forma a possibilitar a redução de pressão da água em alguns locais do município, onde a pressão na rede é maior;
- . Procede à monitorização e avaliação, de forma contínua e rigorosa, das disponibilidades hídricas existentes, realizando medições dos níveis hidrostáticos e hidrodinâmicos dos furos de captação;
- . Como medidas adicionais de poupança de água, têm sido realizadas campanhas de deteção de usos não autorizados da água, com o recurso a equipamento próprio de videoescopia e atualizado o sistema de telegestão, bem como a instalação de telecontagem de consumos de água em grandes consumidores, a instalação de contadores para medição de consumos de regas e outros consumos próprios como atividades promovidas/licenciadas pela CMP (como por exemplo: festas, bombeiros e outros consumos urbanos);
- . Foi ainda implementada uma solução de Sistema de Informação Geográfica orientada para o cadastro das infraestruturas de redes de água e de saneamento e de apoio ao controlo operacional;
- . O município tem desenvolvido campanhas de sensibilização sobre a poupança de água algumas das quais com a participação de alunos das escolas do concelho e com a divulgação nos canais digitais do Município e a distribuição de folhetos;
- . Bem como tem aderido a campanhas de outras entidades sobre a temática, dirigidas à comunidade, de que é exemplo a que há dias foi lançada no site do município, da responsabilidade da APA, AdP, ERSAR e Ministério do Ambiente;
- . Ainda, e no âmbito da sua estratégia de uso eficiente da água, o Município tomou a iniciativa de consultar e convidar a empresa SIMARSUL para uma parceria, no sentido de poder vir a aderir à utilização de Apr (água para reutilização), nomeadamente nas lavagens de viaturas de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), lavagem de viaturas afetas ao Setor de Águas Residuais e rega de árvores jovens (manual, sem aspersão). Atualmente aguardam-se as condições da SIMARSUL para se solicitar a aprovação da análise de risco à Autoridade de Saúde e posterior licenciamento de utilização junto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Prevê-se que este projeto venha a ser implementado no decorrer do ano de 2023.

Termina, dando nota que recebeu uma missiva da parte da Simarsul, com a total disponibilidade para esta parceria com a Câmara e que com o empenho dos seus técnicos e funcionários, têm todo o processo ultimado para entregar na tutela (Secretaria do Ambiente e Energia).

. **Festa das Vindimas – A Sra. Vereadora Maria João Camolas** dá nota que nos próximos dias Palmela celebra os seus vinhos e as suas tradições, na Festa das Vindimas, uma organização

da Associação de Festas de Palmela – Festa das Vindimas, com o apoio do Município de Palmela, que após dois anos de pandemia, volta ao seu formato tradicional.

Informa que a 31 de agosto será coroada uma nova rainha que no dia seguinte, após o corte simbólico do cacho, dará início à 59ª edição da Festa das Vindimas.

Nos seis dias de festa, Palmela volta a receber os seus momentos mais emblemáticos, os cortejos dos camponeses, das vindimas e o momento aguardado da pisa e bênção do primeiro mosto, onde é conhecido o grau esperado para a colheita de 2022 (é referida nesta altura a boa colheita e a qualidade dos vinhos da região).

O programa contará com atuações de artistas nacionais como Dino de Santiago, Bateu Matou, Maninho, Rosinha e as Filarmónicas centenárias da vila convidam Nuno Guerreiro e “One Vision” para com elas dividirem o Palco Principal.

Do programa constam ainda iniciativas de divulgação e degustação de vinhos no espaço “Wine Lounge” e provas desportivas como a rampa das vindimas e a prova de orientação.

Com a vila engalanada são esperados muitos milhares de visitantes à Festa das Vindimas, em Palmela, que juntamente com os seus habitantes fazem desta iniciativa um grande acontecimento cultural, terminado a convidar a visita de todos.

. Património histórico alvo de furtos – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que na última semana do mês de julho o concelho de Palmela ficou mais pobre com o furto do sino da Capela de S. João Baptista.

Procurando inverter o estado de degradação acentuado que a Capela de S. João Baptista apresentava, o Município de Palmela estabeleceu com a Diocese de Setúbal e com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria e São Pedro de Palmela, um Protocolo de Cooperação, com vista à reabilitação da Capela de S. João e posterior requalificação.

Para a realização desta intervenção foi apresentada candidatura a fundos comunitários, através do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e da inclusão no PARU – Plano de Acção de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Palmela, num investimento de € 818.871,74, dos quais o Município de Palmela investirá € 359.435,87 e a Diocese de Setúbal € 50.000,00.

Numa fase inicial das obras, em articulação com a Diocese e a Fábrica Paroquial, e com o objectivo de se salvaguardar o património histórico, decidiram as entidades envolvidas no processo de recuperação do monumento, não voltar a colocar o sino na torre sineira.

Após alguma especulação pública sobre a colocação ou não do sino, no local onde anteriormente se encontrava, decidiu o Município, auscultadas as restantes entidades (Diocese e Fábrica Paroquial), pela recolocação do sino, assumindo os custos acrescidos dessa ação.

Porém, após esta decisão, o sino foi furtado das instalações em que se encontrava, tendo o Município participado às autoridades competentes o facto, aguardando as respetivas diligências.

Ainda com este caso por resolver, é a comunidade confrontada com o desaparecimento do busto de Joaquim José de Carvalho, do pedestal onde se encontrava, no Jardim com o mesmo nome.

A Câmara Municipal reportou o caso à GNR, tendo sensibilizado esta força policial para a necessidade de reforço da vigilância no nosso território, em particular nas zonas urbanas, dando dessa forma corpo ao sentimento público da falta de segurança que se vive no nosso território.

Estes atentados ao património concelhio são lesivos para todos os cidadãos e representam enormes perdas da nossa história.

Conclui, ainda, que a Câmara Municipal aguarda as diligências das autoridades de investigação, assegurando a futura reposição dos bens patrimoniais desaparecidos, caso não se venham a encontrar as peças desaparecidas.

. Projeto para requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro - Palmela – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que face à necessidade de se proceder à execução de Projeto de Requalificação da Avenida dos Caminhos de Ferro-Palmela, e dado que a autarquia não possui, internamente, os meios humanos necessários e adequados para execução deste serviço, procedeu-se, no passado mês de julho, à abertura de concurso público para este efeito, estimando-se que o encargo do município se situe nos 19.680,00€.

. Execução do parque de estacionamento na Rua Mouzinho de Albuquerque – Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que foi adjudicada, no passado mês de julho, a empreitada de “Execução de Parque de Estacionamento na Rua Mouzinho de Albuquerque - Pinhal Novo”. A empreitada tem um valor de 33.576,77 € (IVA incluído), um prazo de execução de 28 dias, uma área de intervenção de 1.000 m2. Os trabalhos a realizar englobam a execução de delimitações de estacionamento, passeios envolventes, execução de sinalização horizontal e vertical.

. Campeonato Nacional de Infantis Piscina Longa 2022 – Natação - A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que se realizou entre os dias 22 e 24 de julho, na Piscina Municipal de Vila Nova de Famalicão, o “Campeonato Nacional de Infantis Piscina Longa 2022”, no qual participaram 8 nadadores da Palmela Desporto, E.M., os quais participaram em 30 provas individuais e 1 estafeta mista.

Nas classificações alcançadas destacam-se os 2.ºs lugares alcançados por Matilde Fialho (Infantil A) nos 200 metros estilos e Rodrigo Narigueta (Infantis B) nos 200 metros mariposa.

. Campeonato do Mundo de Jiu Jitsu Infantil (PanKids) - A Sra. Vereadora Maria João Camolas menciona que se realizou-se nos dias 23 e 24 de julho, em Orlando, Estados Unidos da América, o “Campeonato do Mundo de Jiu Jitsu Infantil (PanKids)”, na qual a Crucial Simplicity Associação Desportiva (Panteras Negras), de Pinhal Novo, esteve representada pelos atletas Clara Borges da Silva e Francisco Borges da Silva, tendo ambos alcançado o 3.º lugar nas respetivas categorias.

. X Triatlo da Amora – Campeonato Nacional Jovem e Juvenis – Triatlo - A Sra. vereadora Maria João Camolas dá nota também que se Realizou no dia 30 de julho, na Amora – Seixal, o “X Triatlo da Amora – Campeonato Nacional Jovem e Juvenis”, no qual participaram 18 atletas da Palmela Desporto, E.M./Associação Tripla Rotação.

Nas classificações alcançadas destacam-se o 5.º lugar na classificação coletiva, bem como o 3.º lugar alcançado por Rodrigo Narigueta no escalão de iniciados masculinos.

. Campeonato da Europa de Juniores – Judo - A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que Ricardo Pires, judoca do Judo Clube de Pinhal Novo, foi convocado para representar Portugal no Campeonato da Europa de Juniores 2002, de judo, que se realizará entre os dias 15 e 18 de setembro, na República Checa.

O judoca que representa do Judo Clube de Pinhal Novo e está integrada no Programa de Desenvolvimento do Judo no Concelho de Palmela, desde o escalão de benjamins, conquista o direito desta convocatória depois de já este ano se ter sagrado Campeão Nacional de Juniores e Vice-campeão Nacional de Sub23.

. Volta a Portugal em Bicicleta – Participação de Rafael Reis - A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa igualmente que o ciclista palmelense Rafael Reis, a representar a equipa GLASSDRIVE / Q8 / ANICOLOR, venceu o Prólogo da 83ª Volta a Portugal em Bicicleta, tendo obtido a Camisola Amarela, com a qual alcançou o cimo da Serra da Estrela, na terceira etapa da prova que se realizou entre 4 e 15 de agosto.

Após a obtenção do título de Campeão Nacional de Contrarrelógio e de ter ganho a medalha de ouro nos Jogos do Mediterrâneo, Rafael Reis reforça a sua carreira desportiva com a prestação na Volta a Portugal em Bicicleta, sendo por isso mais um motivo de orgulho para todos nós e para o concelho de Palmela.

Assuntos apresentados pelos/a Srs./a Vereadores/a Carlos de Sousa, Paulo Ribeiro e Mara Rebelo

. **Material lenhoso - Estrada de Vale de Alhos (Quinta do Anjo)** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que a sua questão vem no seguimento das informações colocadas pelo Sr. Presidente relativamente ao fogo que atravessou o nosso território e informa que na Quinta do Anjo, na estrada de Vale de Alho a cerca de 100 metros dos Portais, numa propriedade privada foram cortados muitos pinheiros, alguns até com dezenas de anos. Que ficou por ser retirado do local e que portanto existe muito material lenhoso seco, combustível e que pelas suas contas, cerca de 50 a 60 metros cúbicos. Sugere então que a Proteção Civil ou a Fiscalização fosse ao local e que verificasse a gravidade da situação ou a implicação que isso possa ter no material lenhoso tão compacto.

. **Carris Metropolitano** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa alerta para os problemas da Carris Metropolitana, os transportes públicos. Diz que lhe têm chegado a si também alguns problemas, nomeadamente, nas ligações entre Setúbal/Palmela/Vila Nogueira de Azeitão, os horários não cumpridos, a supressão de carreiras sem aviso prévio e em várias horas do dia. Pede por isso o ponto de situação deste problema, sem antes alertar que são problemas que embora tenham diminuído, até à data persistem.

. **Cedros / Urbanização Portais da Arrábida (Quinta do Anjo)** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa menciona que no passeio Infante Dom Henrique, os cedros que lá estão e as suas raízes, estão a levantar a calçada e que se torna perigoso por quem lá passeia nomeadamente os idosos. Pede que haja uma solução, sem que passe pelo abate das ditas árvores pois o espaço está bonito, verde e que o cortar as árvores para solucionar um problema não será a melhor solução.

. **Roturas de água, em Pinhal Novo** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa alerta, nomeadamente que na Avenida Natália Correia, Pinhal Novo estão a acontecer bastantes ruturas no sistema de rega e em alguns ramais domiciliários.

. **Execução do calcetamento após as roturas de água** – O Sr. Vereador Carlos de Sousa alerta também para a demora no arranjo dos calcetamentos após as ruturas de águas serem reparadas e tapadas.

. Lavagem dos contentores do lixo na zona das Pegarias – O Sr. Vereador Carlos de Sousa alerta igualmente que no início do mês de julho foi feita, na zona das Pegarias, a limpeza dos contentores, a lavagem dos contentores. Não sabe identificar se a viatura de limpeza é da câmara ou de alguma empresa privada, mas que em cada zona em que os contentores foram lavados, ficou uma mancha de “gordura” bastante grande (pelo menos nas Pegarias, porque não foi ver em outros locais). Pede que quando houvesse disponibilidade que se tentasse uma lavagem nessas zonas para tentar minimizar o mau aspeto que deixou. Termina pedindo que caso seja uma empresa privada que se faça uma chamada de atenção.

. Problema da seca que se vive no país – O Sr. Vereador Carlos de Sousa referindo-se à questão da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho em relação ao problema da seca que o país está a atravessar, gostava de saber em relação aos furos de captação de água, qual é a sensibilidade em relação à diminuição dos aquíferos, se estamos a utilizar os nossos furos de captação e se se nota o abaixamento dos respetivos níveis.

. Incêndio de dia 13 de julho último, em Palmela / Reunião / Bocas-de-incêndio – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que gostaria de saber qual o ponto de situação das bocas-de-incêndio. Se foi feita a reposição, a revisão dessas bocas e se está tudo verificado e em condições de operacionalidade e também adequadas aos equipamentos que os bombeiros utilizam.

. Carris Metropolitana – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro fazendo menção ao assunto apresentado pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa, informa que, também ele tem tido inúmeras chamadas de atenção relativamente à Carris Metropolitana, à supressão de carreiras sem aviso prévio, atrasos e tudo relacionado com a ligação Palmela/Vila Nogueira de Azeitão/Setúbal e que cria grandes dificuldades de mobilidade aos munícipes. Alerta também para o início do ano escolar que se aproxima em passos largos e que estas questões terão que ter uma maior equidade. Pergunta se nos contatos que a autarquia tem tido com a Carris Metropolitana se estas questões estão acauteladas para que não se voltem a repetir estes atrasos e supressões de carreira.

. Limpeza e desmatção na Urbanização de Val’Flores – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro dá nota de algumas questões que lhe têm chegado através dos munícipes relativamente à limpeza e desmatção na Urbanização Val’Flores e que são necessárias, nomeadamente em alguns pontos da urbanização, espaços de convívio, espaços sociais e parques infantis.

. Necessidade de ações de desbaratização na zona de Aires (Palmela) – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro menciona outra questão que lhe tem chegado através de munícipes e que embora saiba que a Câmara tem uma série de campanhas para colmatar esta questão: as pragas das baratas. Neste caso na zona de Aires. Menciona que é um assunto recorrente, todos os anos existe este problema reforçando que é uma questão importante e que tem provocado graves problemas nos munícipes que se queixam desta praga.

. Furto do busto de José Joaquim Carvalho e do sino – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro referindo-se à questão trazida pela Sra. Vereadora Maria João Camolas sobre o furto do busto de José Joaquim Carvalho e também do sino, pergunta o que é que a autarquia prevê fazer. Considera que o furto do busto de José Joaquim de Carvalho para além de ser uma questão grave é uma questão simbólica e que toca no fundo na essência do nosso concelho e da luta que muitos travaram pela sua restauração. Considera igualmente que existem questões de segurança que estão associadas e que é importante perceber o que é que a autarquia tem feito e pretende fazer equacionando a colocação em muitos locais de sistema de videovigilância.

. Caminho do Lau – matilha de cães – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro alertando que lhe têm também chegado muitas queixas sobre o canil supostamente ilegal, na zona do Lau. Uma infraestrutura com cães de elevado porte e que provocam um grande alarme e suscetíveis de criar uma grande perigosidade junto da população ali residente. Gostaria de saber se a câmara já teve algum contato com esta infraestrutura, o que é que tem feito e o que ainda se pode fazer.

. Seca extrema que se vive no país – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro questiona quais as medidas que a autarquia tem estado a tomar para mitigar os efeitos da seca extrema que assola não só o concelho de Palmela, mas todo o país. Refere-se nomeadamente à importância de saber o que se tem feito em termos de poupança de água, e de não desperdício de água.

. Festa das Vindimas – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro considerando que esta é a última reunião antes da Festa das Vindimas, deseja a todos uma ótima festa agora que ela retorna à sua normalidade depois de dois anos de pandemia.

. Balanço do ano letivo 2021/2022 – Abertura do ano letivo 2022/2023 – A Sra. Vereadora Mara Rebelo depois de cumprimentar os presentes refere que como é a última a intervir, a sua intervenção será curta pois muitas das questões já foram colocadas, no entanto coloca uma questão muito concreta que tem a ver com o início do novo ano letivo. Refere que

gostaria de saber se já foi realizado um balanço relativo ao último ano letivo. Questiona, se já tiraram conclusões do que eventualmente terá corrido menos bem. Considera que esse balanço é essencial para se construir e fazer melhor e que é um relatório que gostaria de ter acesso. Menciona também a preocupação sobre a supressão de carreiras e que se vai iniciar um novo ano letivo e que os serviços estão muito complicados. Reforça o pedido de facultar o relatório e se o mesmo não está concluído questiona como estão a ser feitas as coisas para este início de novo ano letivo.

. Sucessivas faltas de água no Bairro Margaça, em Águas de Moura – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro alerta também que lhe têm chegado algumas queixas sobre as frequentes faltas de água no Bairro Margaça. Pede esclarecimento se as mesmas têm a ver com ruturas ou questões de pressão de água.

Às questões apresentadas pelos/a Srs./a Vereadores/a no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

_Balanço do ano letivo 2021/2022 – Abertura do ano letivo 2022/2023 – O **Sr. Presidente** esclarece que em relação ao relatório, numa 1.ª fase, no que diz respeito ao balanço do ano letivo, compete ser feito pelo representante do Ministério da Educação no âmbito do Conselho Municipal de Educação, que ocorreu em julho. Refere que não foi um relatório exaustivo, o município apresentou o balanço que fez, no que diz respeito a refeições, transportes e quanto investiu e o que correu bem e menos bem. Propõe que esta questão seja esclarecida na próxima reunião de câmara, que é quando a Sra. Vereadora fará a apresentação do que é que está a ser preparado para o arranque do ano letivo. Podendo então fazer-se a avaliação e quais as medidas que serão tomadas para garantir um arranque tranquilo, sustentado, apoiando as nossas crianças e jovens.

_Incêndio de dia 13 de julho último, em Palmela / Reunião / Bocas-de-incêndio – O **Sr. Presidente** informa que no dia seguinte ao incêndio e para um esclarecimento oficial, foram aos locais com os reclamantes, a Sra. Vereadora e os técnicos dos serviços municipais para verificação do funcionamento das bocas de incêndio e que as mesmas estavam todas operacionais. Refere, no entanto, que o problema da falta de água sentida em 2 ou 3 bocas-de-incêndio, em determinadas zonas altas de Palmela, resultou do abaixamento da pressão do reservatório no período em que houve o corte de energia elétrica, que foi suspensa por causa do incêndio. Mais refere que ficou factualmente apurado e registado e a E-Redes enviou toda a documentação necessária de quando é que a energia foi cortada, observando que foram os trabalhadores da autarquia que, manualmente, mantiveram o sistema em funcionamento, pondo em risco a sua

própria integridade física. Dá nota que houve bocas-de-incêndio que, por não serem abertas há muito tempo, houve dificuldade em as abrir, mas essa dificuldade foi sentida por particulares, populares que não têm legitimidade nem meios para o fazer, pois são necessárias chaves próprias. Adianta que os bombeiros tiveram sempre acesso a água, viaturas de reforço de água e toda a indicação dos locais de abastecimento alternativos. Mais informa que em relação à verificação do funcionamento das centenas ou milhares de bocas-de-incêndio que existem no concelho, a autarquia tem, no âmbito dos protocolos aprovados de apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes das corporações, para que os comandos façam uma verificação anual na área da sua influência e que seja comunicada qualquer anomalia. Adianta, que dessas verificações já foram identificadas várias bocas-de-incêndio que não estavam ligadas à rede, de loteamentos antigos ou inacabados. Menciona que este ano, em Palmela, talvez por mudança de comandante, o levantamento não chegou à autarquia. Acrescenta, no entanto, que esperam fazer a monitorização e verificação, juntamente com os Bombeiros e com a equipa dos serviços das Águas, de forma a avaliar o tipo de intervenção que será necessária. Dá nota que estas intervenções são normalmente feitas no primeiro trimestre de cada ano, numa altura mais calma de incidentes críticos desta natureza. Refere-se também à menção e acusação de falta de bocas-de-incêndio, lembrando que nos loteamentos, nos novos espaços urbanos, nos aglomerados antigos, os sistemas de combate a incêndio estão embutidos nas paredes. Os outros, os marcos vermelhos e de outras cores, são feitos e aprovados e a sua localização e o seu número aprovados pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Acrescenta que quando se submete uma operação de loteamento, esses projetos são aprovados por essas entidades. Dá o exemplo de, na Quinta da Glória aquando da operação de emparcelamento de quintas que depois passou a ser integrado, no sopé da serra, a espaço urbano, justifica-se, tanto pela sua opinião como de técnicos municipais, a colocação de mais uma ou outra boca-de-incêndio. Reforça, novamente, que aquelas que existem foram aprovadas de acordo com o rácio, de número de fogos e das distâncias de outros sistemas existentes. Têm regras, têm técnicos e pessoas que validam e aprovam esses projetos e que a autarquia envia aos promotores e construtores para fazerem as obras de urbanização com essas localizações. Informa, igualmente, que têm estudos para a colocação de mais 1 ou 2 bocas-de-incêndio no Centro Histórico, que foi analisado no Plano de Emergência com os bombeiros a sua localização, não obstante dessa inexistência, não são impeditivas do abastecimento de água no Centro Histórico. Revela que a não colocação deve-se a problemas de passagem de veículos, de estacionamento de veículos e toda uma morfologia urbana com desafios associados ao Centro Histórico.

Limpeza e desmatção na Urbanização de Val'Flores – O **Sr. Presidente** dá nota que a limpeza do espaço está a ser feita e paralelamente às notificações de lotes particulares com muitos fenos e os espaços públicos que ficaram repletos de ervas infestantes, estão a ser limpos.

_Espaço de Jogo e Recreio (EJR) em Pinhal Novo – O **Sr. Presidente** refere que cada loteamento tem no seu desenho a localização das pracetas onde esses equipamentos são colocados. Para a zona que o Sr. Vereador refere não está previsto qualquer Espaço de Jogo e Recreio, pois não há moradores suficientes para o efeito. Adianta que quando o Monte do Francisquinho estiver a funcionar, os moradores terão ali outra zona de lazer para usufruírem com as crianças e jovens. Onde está prevista é na Praceta do Manobrador, num quarteirão que está mais concluído, e que teve uns arranjos transitórios e que está no plano de mandato fazer aí o primeiro Espaço de Jogo e Recreio desse loteamento. Outros serão feitos, nos locais onde estão desenhados, mas à medida que houver dinâmica urbanística e o preenchimento desses lotes com edifícios unifamiliares e plurifamiliares.

_Seca extrema que se vive no país / Aquífero / Furos de água – O **Sr. Presidente** começa por referir que esta matéria está com a AIA (Associação Intermunicipal da Água da região de Setúbal) e com a Agência Portuguesa do Ambiente, que acusa de saber menos do aquífero que os municípios de Setúbal. Esclarece que tem estado em representação dos municípios, pois preside à AIA e em discussões sobre esta matéria. Refere que Palmela está em cima de um dos aquíferos mais ricos da Península Ibérica, entre dois estuários, com muita água, mas ninguém consegue controlar o número de furos para a agricultura que são feitos e ninguém consegue dizer (e que já o solicitou por escrito), quanto é que a SAPEC capta por dia? Porque o *stress* do aquífero na nossa península, situada na zona de salinização de Almada/Seixal, existe água em abundância, desde a zona do Pinhal das Espanholas, Rio Frio, Marquesas, etc., mas os últimos estudos que fizeram e levaram até agora à conclusão que, para a criação de um sistema de abastecimento de água em alta na Península de Setúbal é dada alguma tranquilidade, e que vamos ser um dos concelhos que vai ter que fornecer água a outros que estão em maior risco. Iremos ficar todos interligados se o sistema avançar e se houver coragem política e o apoio financeiro da tutela para o fazer. Em relação à sensibilidade do aquífero, menciona que quanto ao nível das captações, existem furos com muitos anos, que já não debitam os mesmos litros por segundo que debitavam há uns anos atrás e que por isso se está a investir em sistemas redundantes, observando que estão na rua concursos para criar interligações a furos que ainda nem estão em funcionamento. Esclarece, igualmente, que em relação à sensibilidade do aquífero tem havido estudos, com especialistas e que estão à espera de dados da Agência Portuguesa do Ambiente, que continua sem saber o que licenciou em termos de furos. Segundo os estudos que têm, quem capta mais é a agricultura, depois a indústria e no fim o consumo doméstico, que é o que está a ser gerido pelos municípios, que é a entidade gestora e é um consumo muito residual, sobretudo comparado com a agricultura. Referindo que são 70%, do que se conhece e que a sua maior preocupação é aquilo que não se conhece e com os licenciamentos. Dá o exemplo: deu com um furo a ser feito, em pleno centro urbano de Pinhal Novo, num lote particular. Questionando se é possível, se foi legalizado e se é legal, pois existe rede de abastecimento de água e a lei diz que o município tem

de estar ligado obrigatoriamente à rede, podendo ser alvo de multa ou coima se não o fizer. Reforça que existem questões que se sobrepõem entre a entidade que licencia este furo que não nos dão depois a capacidade de poder perceber o que está a acontecer com o aquífero, mesmo com os dados mais apurados possíveis.

_Material lenhoso - Estrada de Vale de Alhos (Quinta do Anjo) – O **Sr. Presidente** refere que a Junta de Freguesia já tinha dado essa informação, mas que de momento não tem dados sobre esse processo. Sabe, no entanto, que o Serviço Municipal de Proteção Civil foi ao local e que encaminhou a questão para a Fiscalização. Adianta que há um prazo para a autarquia substituir-se ao comerciante para a retirada da madeira do local. Informa que, o que acontece às vezes e segundo lhe explicaram, tem a ver com o facto de o comerciante não poder usar maquinaria para a trituração dos restos de madeira que não recolhem. Neste caso em concreto não consegue identificar a razão por que o processo não avançou.

_Cedros / Urbanização Portais da Arrábida (Quinta do Anjo) – O **Sr. Presidente** esclarece que a autarquia só abate árvores em situações muito extremas: por questões de segurança (como no caso das palmeiras) ou por questões de consciência (de algumas espécies invasoras que passaram a ser proibidas). Adianta que neste caso verá com a Junta de Freguesia, que é que tem a reposição da calçada. As soluções de sugestão de alargar a caldeira e procurar estancar o crescimento de algum raizame superficial, pode ser feito em espécies que não definhem por essa causa, pois existem espécies que tocando em zonas nevrálgicas podem perecer.

_Execução do calcetamento após as roturas de água – O **Sr. Presidente** depois de concordar com o Sr. Vereador, informa que também a câmara já sensibilizou a Junta de Freguesia para esse fato, pois tem também recebido reclamações por parte dos munícipes. No entanto esclarece que tem havido atrasos por parte do prestador de serviços. Houve uma primeira empreitada e já está a decorrer outra. Segundo a explicação da Junta de Freguesia transmitida ao Gabinete de Participação e Cidadania (que é quem acompanha e monitoriza o cumprimento dos protocolos celebrados), existe um incumprimento e de facto um atraso de 2 a 3 meses e que esperam que sejam resolvidos agora com esta nova empreitada indicada.

_Seca extrema que se vive no país / Aquífero / Furos de água – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá nota e em complemento à explicação do Sr. Presidente, que os serviços que monitorizam os furos de captação, os níveis hidrostáticos e dinâmicos continuam, no geral bem e não há qualquer necessidade de se proceder a abaixamentos do nível de captação das bombas.

_Carris Metropolitana – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** esclarece que sobre as questões que têm sido colocadas quer pelos munícipes à autarquia e diretamente à própria empresa gestora do processo TML prendem-se exatamente com as questões que os Srs. Vereadores mencionaram: não cumprimento de horários e as supressões de carreiras (incumprimentos sem qualquer pré-aviso). Deste modo, a autarquia promoveu uma reunião no dia 11 de agosto em que solicitou que a Alsa Todi estivesse presente juntamente com a TML e o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, onde manifestou de uma forma muito assertiva todas as suas preocupações, desde os problemas mais pequenos como: colocação de postaletes que não está concluída; afixação de horários que não está colocada na íntegra e também erros na sua própria colocação, como problemas mais estruturais como as novas carreiras que não estão a ser feitas, mas sobretudo aquelas que existem e sem o cumprimento de todos os horários, situação que gera uma insegurança relativamente à vida privada de cada um, que não sabe se no dia de amanhã vai ter autocarro para se deslocar ao seu trabalho, lazer ou seja qual for a sua necessidade. Reforça que a câmara está preocupada, não só pelo que a situação acarreta de prejuízo na vida de cada munícipe, mas, também, atendendo que financia o sistema, está a pagar um serviço e não vê esse cumprimento integral por parte da Alsa, nem temos qualquer informação por parte do operador devidamente objetivado, informando que a própria TML não tem a aplicação informática para poder monitorizar em tempo real o que é e não é feito, mais uma falta imputável à Alsa Todi.

Considera que é um problema complexo, tanto mais que neste momento é impossível à TML, bem como a qualquer município monitorizar, no lote 4, o cumprimento de toda a rede, pois são muitas linhas, carreiras e horários sendo que estamos todos “na mão” do próprio operador.

Mais informa a **Sra. Vereadora** que o operador justifica as falhas referentes às supressões e não cumprimento dos horários com a falta de motoristas. A inexistência de motoristas é conhecida de todos, a necessidade de recrutamento ao exterior está a ser o caminho (o Governo abriu uma linha que flexibiliza a contratação de motoristas ao estrangeiro) e dão nota que estão a pensar contratualizar com Cabo Verde. A Alsa invoca que a crescer à dificuldade de contratação têm muitos motoristas com baixas médicas (situação que alegam ser de difícil fiscalização), o que rondam a ordem dos 42/46%, bem como com o êxodo sazonal, em que os motoristas na época do verão ganham mais com prestação de serviços de longo curso ao exterior. São estas as razões transmitidas pela operadora. Reconhece que se está perante um problema complexo e que houve um esforço de toda a Área Metropolitana de Lisboa, de todos os municípios e de todas as forças políticas no desenho das suas novas redes, esta nova contratualização e no caso do Concelho de Palmela (financiada e contratualizada) representa um aumento da rede e prestação de serviços públicos, na ordem dos 148%, mas não está a ser cumprida.

Acrescenta também, que, além desta preocupação, alertou a Alsa para a necessidade de garantir um início de época escolar sem percalços.

Conclui que como não ficaram confortáveis com as respostas, solicitaram uma nova reunião a realizar no dia 26 deste mês, com a presença da TML e do operador para verem a evolução, referindo ainda que teve conhecimento da contratação de 20 novos motoristas.

Sobre este assunto, o **Sr. Presidente** acrescenta que as dificuldades são várias, mas a preocupação nestas últimas semanas tem a ver com o arranque do ano letivo e de algumas carreiras novas que ainda não foram testadas no terreno e se as mesmas irão responder às necessidades de transporte escolar. Essa é uma garantia que gostaria de ter, pois essas não podem de facto falhar, reforçando, no entanto, que nenhuma deveria falhar. Informa que o Conselho Metropolitano tem duas sessões marcadas mas que convocou, uma sessão extraordinária com a TML, exclusivamente, para debaterem esta matéria, por ser um assunto que está na ordem do dia. Quanto ao número de reclamações que entram, informa, que é reduzido e pede que reclamem por escrito, seja à Carris Metropolitana seja à Câmara, pois embora de uma maneira geral tenham conhecimento do que está a falhar, pode haver outros aspetos e a autarquia tem a preocupação de todas as semanas atualizar esta informação.

_Lavagem dos contentores do lixo na zona das Pegarias – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** volta ao uso da palavra para esclarecer o Sr. Vereador Carlos de Sousa que era a viatura da SUMA, de recolha de resíduos, que estava a verter líquido para a via pública. A autarquia ao tomar conhecimento informou a empresa em causa e pediu a sua intervenção, adiantando que reuniu com os administradores e segundo a informação que tem, a limpeza foi feita conforme acordada, no sábado, alertando que é difícil a sua limpeza, pois os líquidos entranham-se no asfalto é são difíceis de retirar.

_Necessidade de ações de desbaratização na zona de Aires - Palmela – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, refere que de facto é recorrente, cíclico. Sempre que se iniciam as campanhas de desbaratização, ou seja, o produto é aplicado e elas tornam-se mais visíveis do que é habitual. Adianta também que sempre que é solicitado uma necessidade de reforço, são imediatamente feitas e que já se vai na 3.ª ou 4.ª campanha de desbaratização nesta semana. No entanto, reitera, que esta é uma responsabilidade que deve ser partilhada, na rede pública pela autarquia e na rede privada pelos particulares.

_Seca extrema que se vive no país – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que mais do que as medidas mitigadoras, o importante são as medidas estruturais que estão no Plano (Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas), pois não é só no tempo de seca que se deve poupar água. Ainda assim, renova os exemplos de medidas mitigadoras já lidos, como lavagens de viaturas municipais ao estritamente necessário, à exceção das viaturas de recolha do lixo, por

questões de saúde pública e salubridade, lavagens de ruas ao estritamente necessário, diminuição dos períodos de rega e rega inteligente, mas reforça que o mais importante são as medidas estruturais que, ao longo dos anos, a autarquia tem investido/concretizado paulatinamente no combate às perdas e ineficácia da gestão da água.

_Sucessivas faltas de água no Bairro Margaça, em Águas de Moura – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, em resposta ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro, refere que de facto têm existido algumas roturas e que tem sido uma preocupação do município. Informa que está a ser desenvolvido um estudo para perceber em que troços é que existe mais necessidade da sua remodelação ou substituição.

_Caminho do Lau – matilha de cães – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que, no que diz respeito à intervenção do CROA (Centro de Recolha Oficial de Animais), foi feita de imediato uma visita, onde foram identificados 76 canídeos no local: 54 animais alojados em canis, 1 acorrentado a uma árvore, 20 alojados em parques exteriores com abrigo e 1 alojado numa rulote. Informa que os canis tinham as dimensões exigidas por lei, que dispõem de camas levantadas do chão, chão cimentado, telhado em chapa (conforme fotos em anexo no relatório). Adianta que todos os animais apresentavam boa condição corporal, não existindo indícios de maus tratos. Dos 76 animais, alguns tinham vacinação antirrábica e registo, outros não. Refere que a situação foi acompanhada pelo ICNF. Neste momento, estão a aguardar no que à matéria do Bem-estar Animal diz respeito, informação do ICNF, e que se insistiu ainda esta semana, através de um e-mail, sobre quais tinham sido as diligências que a entidade tinha promovido ou que ainda pensa vir a promover. Presume que da parte da Fiscalização já tenha havido algum auto de contraordenação, mas como não tem a certeza não quer induzir a câmara em erro.

O **Sr. Presidente**, intervém no sentido de informar que, da parte da Fiscalização houve um pedido ao DAU (Departamento de Administração Urbanística) que aferisse da legalidade das construções.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** volta a intervir referindo que na altura o próprio ICNF e a Câmara através da sua veterinária deram nota ao proprietário que este, deveria encetar de imediato os procedimentos legais com vista à regularização, quer das construções, quer da atividade, por se tratar de uma atividade comercial.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Protocolo a celebrar entre o Município de Palmela e a Smartenergy 1808, Lda., Smartenergy 1813, Unipessoal, Lda., e a Smartenergy 1814, Unipessoal, Lda..

PROPOSTA N.º GAP 01_17-22:

«No âmbito das parcerias que a Câmara Municipal de Palmela vem mantendo com os diversos investidores/promotores, em particular no domínio das energias renováveis, os quais se têm traduzido em diversos protocolos, com benefícios vários, em particular no domínio ambiental/energético, mas igualmente no domínio do apoio económico à atividade associativa, entre outros, sendo também importante a existência de compromissos que permitam a requalificação urbana, em áreas de grande centralidade, com notória visibilidade, mobilidade e usufruto da população.

Neste sentido, o Grupo Smartenergy, através do Protocolo que se encontra anexo à presente proposta, e da qual é parte integrante, propõe-se custear a realização de uma empreitada na confluência dos Concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal - HUB 10 – 1ª. Fase, através do arranjo paisagístico da denominada Rotunda da Arrábida - Quinta do Anjo.

Será de sublinhar que o procedimento concursal/processo de consulta a desencadear, será da responsabilidade da Smartenergy, a quem cabe selecionar a entidade executante do citado arranjo paisagístico, sem prejuízo da prévia aprovação do projeto de execução, por parte da Câmara Municipal de Palmela.

Mais se informa que o arranjo urbanístico em apreço, uma vez executado, será objeto de doação ao município de Palmela, pela entidade SmartEnergy.

Assim, **propõe-se** a aprovação do Protocolo que se encontra em anexo à presente proposta, nos termos do disposto nas alíneas n) do n.º 2 do artigo 23.º e j) e ee) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Contrato Interadministrativo para a desmatção e limpeza de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas celebrado com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca – Acerto.

PROPOSTA N.º GPC 01_17-22:

«O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permite no n.º 2 do artigo 117º, que os órgãos municipais deleguem competências nos órgãos das freguesias.

A delegação de competências pode concretizar-se através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 120º do mencionado regime.

A delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de forma a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

Por via do referido instrumento está delegada na União das Freguesias de Poceirão e Marateca (UFPM) a competência para a desmatção e limpeza de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas, através de um Contrato Interadministrativo aprovado pela Câmara Municipal a 13 de dezembro de 2021, deliberado pela Assembleia Municipal a 20 de dezembro de 2021, pela União das Freguesias de Poceirão e Marateca a 22 de dezembro de 2021 e pela Assembleia de Freguesia de Poceirão e Marateca a 29 de dezembro de 2021.

Entretanto, no decurso do presente ano verificou-se um aumento do custo dos bens/peças, matérias-primas e combustíveis necessários à prestação deste serviço pela UFPM. Além disso, um acidente com a roçadora/braço do trator desmatador, propriedade da UFPM, implicou despesas não previstas, colocando assim em causa o equilíbrio orçamental daquela União de Freguesia.

Nesse âmbito, para compensar o aumento extraordinário dos custos com esta tarefa, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca solicitou apoio financeiro ao Município, a título de acerto, tal como previsto no n.º 1 do artigo 6º, do referido Contrato Interadministrativo.

Assim, nos termos do n.º 3, do artigo 6º do Contrato Interadministrativo para a desmatção e limpeza de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas, celebrado entre o Município e a UFPM, **propõe-se** a atribuição do valor de 3.050,00 € (três mil e cinquenta euros), a título de acerto, à União das Freguesias de Poceirão e Marateca, para fazer face ao acréscimo imprevisto de despesas resultantes da execução do referido Contrato.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Ajustamento temporário dos tarifários dos serviços municipais de águas e de resíduos, no contexto do incêndio de 13 de julho.

PROPOSTA N.º DASU 01_17-22:

«No passado dia 13 de julho, o Município de Palmela foi assolado por um incêndio de grandes proporções, tendo deflagrado numa zona florestal junto ao castelo de Palmela e, através de zonas de terreno muito acidentado, avançado para outras zonas do Concelho, designadamente, Aires, Baixa de Palmela, Quinta do Anjo e Vale dos Barris, obrigando à evacuação de vários edifícios em zona urbana e corte das principais estradas no acesso à Vila, sobretudo a Estrada Nacional 379 e 252, tendo destruído mais de 400 hectares de mato e floresta, algumas habitações e outras construções e um `stand` de automóveis.

Perante a violência das chamas, algumas/alguns munícipes das áreas afetadas, para afastarem um perigo que ameaçava interesses juridicamente protegidos, viram-se na contingência de ter de lutar com todo o seu empenho e coragem para salvaguardar os seus bens e os dos próximos, recorrendo para o efeito, entre outros, à utilização da água da rede de abastecimento pública no combate às chamas, bem como na prevenção e no impedir de reacendimentos, o que determinou um consumo de água anormalmente alto para alguns utilizadores.

Na presença de tal calamidade, o Município de Palmela não pode ficar indiferente, sendo da mais elementar justiça aqueles/as utilizadores/as verem reconhecida a possibilidade de ser obtida uma correção do seu consumo, em que seja excluído o acréscimo do volume exclusivamente resultante do combate ao incêndio, para que os/as utilizadores/as não sejam prejudicados/as com o aumento da fatura da água, quando prestaram um serviço público e evitaram danos maiores ao combater as chamas.

Para execução desta medida, apelando a critérios de equidade, a tarifa variável aplicável ao consumo de água do mês de julho, deverá ser determinada pelo consumo médio dos/as utilizadores/as apurado, descontando os volumes gastos na prevenção imediata, no combate ao incêndio e a eventuais reacendimentos.

Por outro lado, o reconhecimento desta medida extraordinária, dependerá dos/as utilizadores/as domésticos/as e não domésticos/as, cujos locais de consumo se situam nas áreas abrangidas pelo incêndio, preencherem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de requerimento para o efeito, indicando a leitura do contador à data do requerimento e indicando o período / horário em que foi efetuado consumo de água no combate ao incêndio;
- b) No mês de julho de 2022 apresente um consumo médio diário superior ao do período homólogo do ano anterior.

Assim, e pese embora não se encontrar expressamente prevista norma no Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas que se aplique à situação em concreto, mas tendo em atenção os princípios e as normas constantes na legislação nacional, designadamente nos nºs 1 e 2 do artigo 10º do Código Civil, que determinam que os casos não previstos na Lei são regulados, segundo a norma aplicável aos casos análogos, e que, em consonância com o previsto no artigo 47º do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, se prevê que nas instalações destinadas exclusivamente ao serviço de proteção contra incêndios, na faturação serão excluídos os caudais que venham a ser utilizados no combate a incêndios.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar a correção parcial do consumo de água no mês de julho aos/às utilizadores/as domésticos/as e não domésticos/as, cujos locais de consumo se situam nas áreas abrangidas pelo incêndio, nos termos e nas condições supra descritas.»

Sobre a proposta de Ajustamento temporário dos tarifários dos serviços municipais de águas e de resíduos, no contexto do incêndio de 13 de julho, numerada DASU 01_17-22, intervém:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** depois de congratular a autarquia pela proposta apresentada, propõe que a mesma seja bem divulgada na fatura da água quando for remetida aos munícipes, distinguindo quais os munícipes que foram abrangidos por esta medida. Ou seja, aqueles que vivem nas zonas abrangidas, para não levantar falsas expectativas a outros munícipes e para que não seja muito burocrática a forma como se processará este acerto.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Nomeação do auditor externo nos termos do art. 77º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_17-22:

«A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) estipula no seu art. 76.º que as contas anuais das autarquias locais são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

De acordo com o art. 77.º do mesmo diploma, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.

Compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas, nos termos do n.º 2 do art. 77.º:

- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;
- Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

Em resposta à exigência legal definida no art. 77.º da Lei supracitada, foi desenvolvido o procedimento administrativo para a formação de contrato tendente à adjudicação da prestação de serviço.

Face ao exposto, **propõe-se** que se submeta a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a nomeação do Revisor Oficial de Contas Marques, Cruz & Associado, SROC, Lda., para proceder à revisão legal de contas do Município dos anos económicos 2022 a 2025, anexando-se os seguintes documentos que fazem parte integrante desta proposta:

1. Relatório final de apreciação de propostas do procedimento elaborado pelo respetivo júri;
2. Cópia da proposta da empresa que ficou ordenada em 1.º lugar;
3. Registo da sociedade na ordem dos revisores oficiais de contas.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Fornecimento de refeições nos estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do concelho de Palmela, ano letivo 2022/2023 – Adjudicação.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 02_17-22:

«Em reunião de câmara realizada a 21 de junho de 2022, foi aprovada a abertura de procedimento por Concurso Público para o “Fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e ensino da rede Pública do Concelho de Palmela – ano letivo 2022/2023” e respetivas peças do procedimento, convite e caderno de encargos.

A prestação de serviço consiste no fornecimento de refeições nas vertentes confeção local e transportadas, prevendo-se um total estimado de 603.575 refeições.

Foi estabelecido um preço base do procedimento de 1.871.082,50 EUR, considerando um valor unitário 3,10 EUR por refeição.

O critério de adjudicação que preside ao procedimento é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade “Multifator”, prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP, e conforme o disposto no ponto 16. do programa de concurso.

Elaborado o relatório preliminar com a intenção de adjudicação e submetido o mesmo à audiência prévia dos interessados, não foram rececionadas quaisquer pronúncias.

Face ao exposto, e cumprida a tramitação preceituada no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, **propõe-se** que seja aprovado o relatório final subscrito pelo júri do procedimento, com a consequente adjudicação ao concorrente Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., e ainda a aprovação da minuta do contrato (documentos em anexo).

O encargo financeiro estimado é de 1.792.617,75 EUR, acrescido do I.V.A. à taxa legal de 13%.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Atletismo ao Quintajense Futebol Clube.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_17-22:

«Considerando que:

1. De acordo com o enunciado do n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que menciona caber ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
2. A intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento social, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
3. É objetivo da intervenção municipal promover o Desporto através dos programas de desenvolvimento desportivo com vista a fomentar a formação dos praticantes desportivos, rentabilizar a utilização de equipamentos e infraestruturas desportivas, bem como apoiar iniciativas que visem o desenvolvimento comunitário;
4. A Associação Académica Pinhalnovoense, o Quintajense Futebol Clube e o Palmelense Futebol Clube, são signatários do Programa de Desenvolvimento do Atletismo, parceiros do município na organização de eventos desportivos, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto;
5. Desde o início da implementação do Programa de Desenvolvimento do Atletismo que a autarquia tem apoiado a organização de eventos desportivos, a utilização de equipamentos desportivos, a atividade regular – treino desportivo, competição regional e nacional, bem como o apoio logístico nas vertentes do corta-mato, pista, pista coberta e estrada;
6. A autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou em 2014 o atual Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;
7. O Quintajense Futebol Clube, após a apresentação do Relatório de Execução Técnica e Financeira da Época desportiva 2020/2021, os respetivos comprovativos de despesas e a entrega do Plano de Atividades da época desportiva 2021/2022, solicitou à autarquia apoio financeiro para o desenvolvimento da atividade.

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, e na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do contrato-programa entre o Município de Palmela e o Quintajense Futebol Clube cuja minuta se anexa e faz parte da presente proposta, que define os termos da cooperação entre as partes no âmbito da promoção e o desenvolvimento do Atletismo durante a época desportiva 2021/2022 da respetiva Secção de Atletismo, na qual o Município de Palmela atribui uma comparticipação financeira de € 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Preço de bilhete para o espetáculo com Orquestra Clássica Metropolitana.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 02_17-22:

«No âmbito da programação do Cine-Teatro S. João e integrando o Programa do Mês da Música, realizar-se-á no próximo dia 22 de outubro o concerto com a Orquestra Clássica Metropolitana, dando continuidade à oferta cultural dirigida aos vários públicos.

Integrando a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, o Cine-Teatro S. João assume um papel determinante na promoção e dinamização cultural do nosso concelho, sendo a diversidade de atividades realizadas neste equipamento cultural, uma das suas mais-valias para o território.

Por forma a compartilhar as despesas de realização do referido espetáculo e ao abrigo da alínea e) do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o n.º 1 do artigo 12.º, da Tabela de Tarifas e Preços do Município de Palmela e Regulamento de Aplicação e Cobrança, **propõe-se** a aprovação do preço de bilhete, no valor de € 2,00 (dois euros) IVA incluído.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

. Data da próxima reunião de câmara ordinária – O Sr. Presidente informa que a próxima reunião de câmara ordinária se realiza no dia 7 de setembro deste ano.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e cinquenta e três minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco